

LIDO
Na Sessão de:

24 / 05 / 2021



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cáceres

LEITURA NA SESSÃO

24 / 05 / 21

PROTOCOLO Em 19/05/2021 Hrs 12:41 S obNº 1768 Ass.: Reliani Silve	Projeto De Lei	Nº 383 / 2021	APROVADO
	Projeto De Decreto Legislativo		Presidente da Câmara
	Projeto De Resolução		REJEITADO
	Requerimento		Presidente da Câmara
	X Indicação		
	Moção		
	Emenda		

Autores: Luiz Landim / **Indicação número** 28/2021

Partido: PV

APROVADO
Na Sessão de:

24 / 05 / 2021

Os Vereadores que abaixo subscrevem solicitam à nobre Mesa, consultado o augusto e soberano Plenário, na forma regimental, seja encaminhado expediente a própria Mesa Diretora, consubstanciado na seguinte **Proposição Plenária:**

A par de primeiramente cumprimentá-los, venho a presença do Plenário desta Casa de Leis, indicar a Mesa Diretora, que regularize a função de tesoureiro, pois como dispõe o Regimento Interno, cabe somente a Mesa Diretora a direção dos trabalhos administrativos da Câmara Municipal, *in verbis*:

Artigo 20. A Mesa Diretora é o órgão de direção dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal.

Artigo 21. Compete privativamente à Mesa Diretora:

I – na parte legislativa:

- tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
- dirigir todos os serviços da Câmara Municipal durante as sessões legislativas e nos seus interregnos;
- dar conhecimento à Câmara Municipal da resenha de todos os trabalhos realizados no ano, na última sessão legislativa;
- d) propor a criação dos lugares necessários aos serviços administrativos, bem como a concessão de quaisquer vantagens pecuniárias ou aumento de vencimentos aos servidores do Poder Legislativo;**

Não menos importante, em decisão recente o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, afirmou que a função de tesoureiro está atrelada a rotinas administrativas e financeiras



Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Cáceres

PROTOCOLO Em ____/____/____ Hrs _____ S obNº _____ Ass.: _____		Projeto De Lei	Nº ____/____	APROVADO
		Projeto De Decreto Legislativo		Presidente da Câmara
		Projeto De Resolução		
		Requerimento		REJEITADO
	X	Indicação		Presidente da Câmara
		Moção		
		Emenda		

como lançamentos contábeis, conciliações bancárias, recebimento de notas fiscais, conferência de lançamentos relativos a compras, pagamento de folha de servidores, entre outros. Ou seja, atividades estas que devem ser desempenhadas por um servidor efetivo da Câmara de Cáceres.

Para fundamentar nossa posição trazemos à baila o julgamento da data de 28 de maio de 2020.

Nas palavras do conselheiro Moisés Maciel, a representação apontou duas irregularidades cometidas por ex-gestores do **Poder Legislativo Municipal, dos períodos de janeiro de 2013 a dezembro de 2014 e de janeiro de 2015 a dezembro de 2018**, sendo uma referente à nomeação de servidor comissionado para função de tesoureiro e a outra à não observância ao princípio da segregação.

*Em relação à primeira irregularidade, o relator ressaltou que, segundo os apontamentos da equipe técnica do TCE-MT, **o cargo de tesoureiro não se enquadra em atribuição de direção, chefia e assessoramento, estes de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração da Câmara Municipal, conforme prevê a Constituição Federal.***

“A presente afirmação baseia-se na definição dada à função de tesoureiro que está atrelada a rotinas administrativas e financeiras como lançamentos contábeis, conciliações bancárias, recebimento de notas fiscais, conferência de lançamentos relativos a compras, pagamento de folha de servidores, entre outros. Ou seja, atividades estas que deveriam ser desempenhadas por um servidor efetivo”, argumentou o conselheiro.



Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Cáceres

PROTOCOLO Em ____/____/____ Hrs _____ S obNº _____ Ass.: _____	Projeto De Lei	Nº ____/____	APROVADO
	Projeto De Decreto Legislativo		
	Projeto De Resolução		Presidente da Câmara
	Requerimento		
	X Indicação		REJEITADO
	Moção		
	Emenda		Presidente da Câmara

Sendo assim, Moises Maciel determinou à atual gestão que inclua em seu quadro permanente de pessoal, o cargo de tesoureiro e para que nomeiam servidor efetivo para o exercício da referida função gratificada até o preenchimento do cargo em definitivo por servidor público aprovado em concurso.

(...)

Diante disso, é notório que a Câmara Municipal de Cáceres está infringindo as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Mato, por manter agente político na função de tesoureiro, atualmente, ocupada pelo nobre vereador Flavio Negação – DEM, em atribuições estranhas a sua alçada.

Vejamos, que o acórdão logo abaixo expõe a aplicação de penalidade ao Gestor da Casa de Leis de Sorriso no valor de R\$ 1.100,16 (um mil e cem reais e onze centavos), vide:

Processo nº4.126-2/2019

Interessada CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO

Assunto: Representação de Natureza Interna

Relator: Conselheiro Interino MOISES MACIEL

Sessão de Julgamento 20-5-2020 – Primeira Câmara (Por Videoconferência)

ACÓRDÃO Nº 13/2020 – PC

Resumo: CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO. REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA ACERCA DE IRREGULARIDADES NA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR COMMISSIONADO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE TESOUREIRO, BEM COMO O DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES. JULGAMENTO PELA PROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA. DETERMINAÇÃO E RECOMENDAÇÃO À ATUAL GESTÃO.



Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Cáceres

PROTOCOLO Em ____/____/____ Hrs _____ S obNº _____ Ass.: _____	Projeto De Lei	Nº ____/____	APROVADO
	Projeto De Decreto Legislativo		
	Projeto De Resolução		Presidente da Câmara
	Requerimento		
	X Indicação		REJEITADO
	Moção		
	Emenda		Presidente da Câmara

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 4.126-2/2019.

ACORDAM os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 1º, XV, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), c/c o artigo 30-E, IX, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), por unanimidade, de acordo, em parte, com o Parecer nº 5.762/2019 do Ministério Público de Contas e acompanhando o voto do Relator, em julgar **PROCEDENTE** a Representação de Natureza Interna acerca de irregularidades na nomeação de servidor comissionado para o exercício da função de tesoureiro, bem como no desrespeito ao princípio da segregação de funções, formulada em desfavor da Câmara Municipal de Sorriso, sob a responsabilidade dos ex-gestores Srs. Marilda Salete Savi (período de 1º-1-2013 a 31-12-2014) e Fábio Gavasso (período de 1º-1-2015 a 21-12-2018), conforme fundamentos constantes no voto do Relator, para:

a) **APLICAR** ao Sr. Fábio Gavasso (CPF nº 903.624.111-15) a multa no valor de **6 UPFs/MT**, nos termos do artigo 3º, II, a, da Resolução Normativa nº 17/2016;

b) **DETERMINAR** à atual gestão que inclua em seu quadro permanente de pessoal o cargo de tesoureiro, para que nomeiam servidor efetivo para o exercício da referida função gratificada até o preenchimento do cargo em definitivo por servidor efetivo; e,

c) **RECOMENDAR** à atual gestão que observe o princípio da segregação de funções ao designar servidores para o exercício das funções de presidente da comissão permanente de licitações, pregoeiro e fiscal de contratos. A multa deverá ser recolhida com recursos próprios, **no prazo de 60 dias**. O boleto bancário para recolhimento da multa está disponível no endereço eletrônico deste Tribunal de Contas – <http://www.tce.mt.gov.br/fundecontas>.

Assim, muito provavelmente em um futuro próximo essa Casa de Leis será notificada por órgãos de fiscalização a sanar a presente irregularidade exposta, e, com o intuito de preservar a lisura e o bom nome deste Poder e do nobre Gestor, Domingos Oliveira dos Santos, fazemos a presente indicação, para que:



Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Cáceres

PROTOCOLO Em ____/____/____ Hrs _____ S obNº _____ Ass.: _____	Projeto De Lei	Nº ____/____	APROVADO
	Projeto De Decreto Legislativo		
	Projeto De Resolução		Presidente da Câmara
	Requerimento		
	<input checked="" type="checkbox"/> Indicação		REJEITADO
	Moção		
	Emenda		Presidente da Câmara

1 -Inclua em seu quadro permanente de pessoal, o cargo de tesoureiro e para que nomeie servidor efetivo para o exercício da referida função gratificada; até o preenchimento do cargo em definitivo por servidor público aprovado em concurso.

E, por fim, aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de nossa mais alta estima e elevada consideração.

Sala das sessões, Cáceres-MT BRA, 17/05/2021


LUIZ LANDIM
VEREADOR - PV